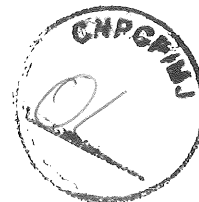




MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA



MJ/CNPCP
Conselho Nacional de Política

08037.000110/2012-16

RELATÓRIO DE VISITA DE INSPEÇÃO PRISIONAL NO ESTADO DE GOIÁS

5 e 6 de março de 2012.

Conselheiro:

RODRIGO DUQUE ESTRADA ROIG SOARES



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA



DA EQUIPE

A inspeção nas Unidades Prisionais das cidades de Goiânia, Aparecida de Goiânia, Rio Verde e Jataí, no Estado de Goiás, foi realizada pelo Conselheiro Dr. Rodrigo Duque Estrada Roig Soares, auxiliado pelo Sr. Jefferson Alves Lopes, servidor do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária – CNPCP.

A Sra. Ilnah Marianne Pereira Melo, representante da Ouvidoria do Departamento Penitenciário Nacional, também realizou inspeção, concomitante à visita do Conselheiro do CNPCP.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA



UNIDADES PRISIONAIS DE RIO VERDE E JATAÍ

No dia 05/03, às 08:15, a Equipe foi recepcionada no aeroporto de Rio Verde-GO pela Sra. Nilzelena Silva Nepomuceno, gerente da 6ª Regional Sudoeste da Agência Goiana do Sistema de Execução Penal-AGSEP, acompanhada do GOPE - Grupo de Operações Penitenciárias da Agência Goiana do Sistema de Execução Penal.

No primeiro momento, o Sr. Jefferson Alves Lopes contactou o comando dos Bombeiros Militares da cidade de Rio Verde, para informar sobre as unidades a serem visitadas. Contactou ainda o Promotor de Justiça da cidade, Sr. Marcelo Henrique Rigueti Raffa, que acompanhou a Equipe durante toda a Inspeção em Rio Verde.

CENTRO DE INSERÇÃO SOCIAL – CIS / RIO VERDE-GO

No dia 05/03 às 08h30, a Equipe ingressou na Unidade, apresentada pelo diretor da Unidade Kleberson Barros Brasil.

A estrada de acesso à unidade não é asfaltada e se encontra em péssimo estado, dificultando o acesso e prejudicando as viaturas do Estado. De acordo com a direção, a Rodovia Sul-Goiana, que dá acesso à Unidade, consta no mapa como asfaltada, porém não está.

A Unidade está sendo reformada. Há celas separadas para os “faxinas”, internos de bom comportamento e com autorização judicial, e também os não aceitos na convivência com os demais presos.

Na cidade não há unidade própria para mulheres, razão pela qual o Centro de Inserção conta com dezessete mulheres, separadas dos homens.

Na entrada há local para a revista de visitantes. A revista íntima é realizada com três agachamentos e em banqueta detectora de metais. Não há toque e nem contato na revista. A visita de familiares é realizada uma vez por semana, às sextas-feiras.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA



A Unidade recebeu sete computadores, cedidos pela Secretaria de Tecnologia de Goiás para a instalação de um Telecentro, visando à realização de cursos de computação.

A maior dificuldade dos agentes da AGSEP é a falta de efetivo e de viaturas.

O médico, que é da prefeitura, realiza atendimentos uma vez por semana, às segundas-feiras.

Há horta e pequena fazenda, com criação de animais.

O banho de sol é diário, com duração de duas horas.

Na triagem, há dez presos – cinco bom comportamento e cinco sem convívio com os demais. O interno Kirk Douglas, na triagem, solicitou a transferência para outra Unidade, em razão de juras de morte, medida esta que deve ser realizada pela Agência Goiana do Sistema de Execução Penal-AGSEP, de maneira urgente e imprescindível.

Não há cantina na unidade.

Há um preso em medida de segurança, isolado em uma cela. Ele é medicado e assistido pela equipe de saúde da Unidade.

Chamou-nos atenção o forte cheiro de mofo na Unidade. A unidade encontra-se também com problemas de iluminação. Há diversos corredores e galerias desprovidos de lâmpadas.

Muitas das obras e reparos da unidade são viabilizadas com verbas oriundas de transação penal, relatou o promotor.

A área de Banho de sol é a mesma de visita. A visita íntima é realizada na própria cela.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA



Foi realizada recentemente revista na celas, retirando materiais de metal como painéis, talheres e fogareiros, como medida de segurança, afirmou a direção.

Na Ala feminina, há presas provisórias e condenadas. Todas as presas tem colchão. Há apenas uma interna grávida (três meses), com o devido acompanhamento médico. A pintura na Ala fora realizada pelas própria reeducandas.

Na Unidade, há trabalho de artesanato.

Verificamos a escassez de agentes na unidade, problema este que deve ser sanado pela AGSEP. Devido à escassez de agentes, foi instituído o Banco de Horas, útil, muito embora não resolva o problema supramencionado.

Não há prestação de assistência jurídica, devido à falta de Defensoria Pública.

A Inspeção na Unidade foi acompanhada em todo o momento pelo GOPE - Grupo de Operações Penitenciárias da Agência Goiana do Sistema de Execução Penal-AGSEP, com aproximadamente 13 agentes. O Grupo era coordenado pelo chefe da equipe Sr. Rigley Julio de Souza.

A direção informou que houve rebelião em 31/12/11 e 01/01/12.

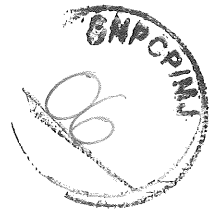
As celas apresentam pé-direito alto. Não há janelas, mas frestas. Todas as celas têm TV e ventilador.

Na galeria visitada, havia três presos em isolamento, no seguro.

Nas Alas A e B, há um corredor exclusivo para agentes e segurança, separado por uma grade. Não há segurança nas guaritas. Nas galerias, a iluminação apresenta-se precária também.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA



Na galeria visitada, há apenas presos condenados.

Segundo o interno Paulo Vitor, as principais reclamações são: dificuldade de trabalho, “cadeia vencida”, alimentação ruim.

Não há uniforme para os presos.

As celas são padronizadas, inclusive a do isolamento.

Na primeira Ala, seguro, há condenados por estupro. Há dois presos provisórios na Unidade, por determinação judicial.

Na segunda galeria, os presos reclamaram da demora no processo e solicitaram também mais máquinas para a Oficina.

Há apenas um dia de visita no mês para as crianças.

De acordo com o diretor, há falta de ônibus para o local. O diretor informou também que há a Pastoral da Moradia, que incorpora presos na construção de casas populares para famílias carentes.

Na cozinha são preparados pão e leite. As verduras são entregues quizenalmente. O diretor já solicitou que tal demanda seja entregue semanalmente.

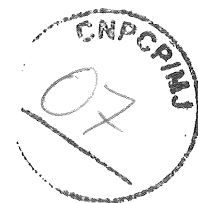
No momento da inspeção, havia muitas moscas no local e material sendo preparado com a panela no chão.

Os alimentos ficam acondicionados em um depósito misto – junto com outros materiais, como de escritório. Os trabalhos artesanais dos internos também ficam guardados nesse espaço.

CASA DE PRISÃO PROVISÓRIA – CPP / RIO VERDE-GO



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA



No dia 05/03 às 10h15, a Equipe ingressou na Unidade, apresentada pelo diretor da Unidade Luiz da Costa Sousa. Compareceu também nesta visita o presidente do Conselho da Comunidade José Tavares Júnior.

A alimentação é fornecida pela prefeitura (café da manhã, almoço e jantar).

Não há estrutura para salas de aula.

De acordo com o diretor, o Conselho da Comunidade tem ajudado bastante. De acordo com o promotor de justiça, os recursos advêm de transações penais.

Na área de revista, há um detector e uma banqueta detector de metais.

No “seguro”, há oito internos, por falta de convívio com os demais.

Na primeira Ala, há uma cela de triagem, onde o preso permanece em média uma semana, e uma cela de Seguro. Na Ala A, há um aparelho telefone público (orelhão), fechado em grades. Uma vez por semana é utilizado pelos internos da Ala A e B, alternadamente. A direção informou ainda que há baixo índice de recolhimento de celulares.

A Unidade apresenta marcas (paredes queimadas) de um motim de 2011. Não houve fugas e nem feridos. Há dois anos e meio não há fugas na Unidade.

As celas tem oito leitos.

Na Ala A, há cinquenta e três camas no total. Na Ala B, há vinte e quatro camas no total.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA



A unidade tem capacidade para cento e dezoito presos, sendo esse quantitativo determinado pelo juiz. A unidade abrigava, no momento, cento e cinquenta e cinco internos.

A capacidade da unidade, determinada pelo juízo da execução, computa não apenas as camas (setenta e sete), mas também as chamadas “tumbas” (locais embaixo das camas, no chão da cela) e a chamada “praia” (espaço no chão da cela, entre as beliches). Tal medida, salvo melhor juízo, contribui enormemente para a violação dos direitos humanos dos presos.

A média do interno na Unidade é de dois a três dias. Há seis presos condenados na Unidade, por motivo de segurança.

Há apenas uma viatura, e, portanto, necessita de reforço.

A condição de aeração nas celas é precária. Há deficiência na luminosidade natural.

Há seis celas na Ala A e na Ala B. As maiores celas estão na Ala A.

As visitas ocorrem aos domingos, inclusive a visita íntima.

Na Ala A, os internos não aceitam presos por crimes da Lei “Maria da Penha”.

Todo o material do interno é doado pela família, inclusive colchão.

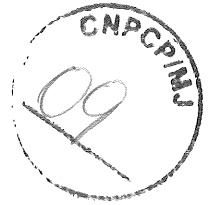
Há um alojamento para a Polícia Militar na Unidade.

Na cela de Pensão Alimentícia (PA), há presos de comarcas e Estado (SP) diferentes.

Na Unidade, há consultório odontológico.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA



Há uma Ala sendo construída na Unidade. O conselho da comunidade paga o aluguel da betoneira para a obra. Essa obra, orçada aproximadamente em R\$ 47.000,00, é inspecionada por engenheiros da AGSEP.

O interno Gustavo de Oliveira, na cela dois da Ala B, está colostomizado e não teve atendimento médico.

Na cela dois, com capacidade para quatro presos, há dez internos.

O CBM-GO já fez vistoria no local, conforme o diretor.

Na Ala B, há superlotação, pois não há convivência na Ala A, por motivo de crime de estupro e "Maria da Penha".

Na "Escolinha" (local destinado a presos que trabalham), os internos trabalham externamente. Há oito presos, mas a capacidade é para dez. Há dois internos que trabalham e são remunerados pelo Estado.

A Pastoral da Moradia também desenvolve trabalhos com esses internos.

Há trabalhos artesanais, destinados à confecção de tapetes.

Dra. Nilzelena informou de que há previsão de se construir a Ala Feminina na Unidade do semiaberto, como o intuito de se retirar essa Ala do CIS, até mesmo para incorporar berçário e outros espaços próprios no estabelecimento feminino.

CASA DO ALBERGADO "DR. GONZAGA JAYME"

No dia 05/03 às 11h30, a Equipe ingressou na Unidade, apresentada pelo diretor da Unidade Cleiton Barbosa Vaz.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA



A casa do albergado apresenta bom aspecto e boa estrutura física.

Há oitenta e nove internos e somente trinta aproximadamente estão freqüentando a Unidade com normalidade.

Conforme relato do promotor de justiça, muitos internos voltam para o CPP por motivo de regressão do semiaberto.

Há área de lazer e cultura, bem equipada. A estrutura é de um galpão.

A estrutura foi toda reformada.

A limpeza é realizada pelos próprios internos.

Há Ala para alojamento feminino, com três internas; mas somente duas estão comparecendo, de acordo com o diretor.

Há alojamento para "seguro", com um agente condenado e um interno separado dos demais por motivo de falta de convívio.

CENTRO DE INSERÇÃO SOCIAL – CIS / JATAÍ-GO

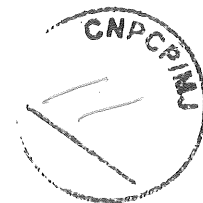
No dia 05/03 às 14h15, a Equipe ingressou na Unidade, apresentada pelo diretor da Unidade Elvis Paulo Lima. O Sr. Emanuel Batista de Araújo, representante dos Direitos Humanos da OAB-Jataí, e o Sr. Edson Ribeiro, conselheiro do Conselho da Comunidade, e o Sr. Inácio Pereira de Siqueira, juiz da execução penal local, compareceram à Unidade no momento da visita de inspeção.

A iluminação e a estrutura são precárias.

É gritante a superlotação na unidade. Há duzentos e trinta e cinco internos, com capacidade para sessenta e seis.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA



Nas celas, há internos que utilizam redes, devido à superlotação.

Em algumas celas há três camas, mas aproximadamente dez presos.

Há projeto para abertura de quarenta e oito vagas e que falta aproximadamente R\$ 200.000,00 de verba da AGSEP.

O interno José Batista de Oliveira, machucado na perna, necessita de cirurgia.

São três agentes efetivos por plantão.

Nas celas, não há ventilação cruzada. A única ventilação é pelas grades.

Há reclamação da água e falta de assistência jurídica.

Segundo os internos, havia apenas remição por artesanato. Hoje falta material também de artesanato, e, portanto, não há remição no momento.

Setenta internos trabalham no artesanato e oficina, segundo o diretor. Mas o promotor local solicitou fiscalização mais rigorosa e, por falta de servidor, os trabalhos pararam.

Os presos residentes em outra cidade ou Estado não têm assistência, e encontram dificuldades de obtenção de materiais básicos (colchão, roupas, lençol...).

Os internos relatam que há problemas de comunicação entre o juiz e o promotor local, atrasando assim os processos.

Na cela do “seguro”, a reclamação é pela quantidade reduzida de comida nas refeições.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA



O banheiro da cela apresenta vidro na janela. Nesta Ala, há reclamação também por demora no processo e falta de dentista e enfermeiros.

Por outro lado, há elogios, por parte dos presos, para o diretor da Unidade.

Os internos do “seguro” têm medo, devido à proximidade das celas com os demais internos (falta de convivência).

Há trezentos presos no regime aberto devido à inexistência de Unidade apropriada.

Na Ala Feminina, a maior reclamação é a demora nos processos. Há vinte e cinco internas, dentre provisórias e condenadas. As internas informaram que o juiz não substituiu a pena privativa de liberdade pela restritiva de direitos, nas situações de crime de tráfico de drogas.

As internas informaram ainda que o juiz negou prisão domiciliar para interna com filho de dois meses e de parto cesário.

Na cela feminina não há proteção ou grades no telhado, se assemelhando ainda a uma estrutura de unidade de regime de semiaberto.

Há reclamação também de que o juiz impõe penas altas para tráfico.

Há falta de colchões e dificuldade de assistência social. O interruptor da Ala queimou naquele dia. As celas apresentavam infiltração.

O juiz Inácio Pereira de Siqueira informou que acumula as varas de execução penal e criminal por falta de juízes. Há quatro promotores



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA



na vara criminal. Informou ainda que os médicos do exército comparecem duas vezes por semana, por solicitação dele.

Informou também que grande parte dos internos são reincidentes, pois Jataí é rota de tráfico, sendo cruzada por três grandes rodovias (060, 184, 364).

Relatou ainda que não colocará interno para prestar serviços em escola, devido preocupação com o preso levar drogas para o local.

Alertado acerca da suspensão pelo Senado Federal da norma que proibia a substituição de pena privativa de liberdade por restritiva de direitos, o juiz informou que não pretende seguir essa orientação, pois Jataí é rota de tráfico de drogas.

Percebemos, assim, que parte da superlotação decorre da peremptória negativa de substituição de penas, na tentativa de se fazer política criminal via judicial. Sugerimos, neste sentido, a expedição de ofício à Corregedoria Geral de Justiça do Tribunal de Justiça de Goiás e ao Conselho Nacional de Justiça e ao Conselho Nacional do Ministério Público, dando-lhes ciência da grave superlotação da unidade e da postura do magistrado e dos representantes do Ministério Público locais, no sentido do descumprimento peremptório da substituição prevista em lei.

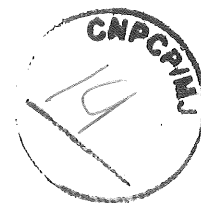
Não obstante nossa sugestão no sentido da interdição progressiva da Unidade, para diminuir a superlotação, o juiz informou que não adiantaria e que, na verdade, a solução seria a construção de novas Unidades.

O diretor da Unidade informou que precisa de servidores e de melhoras na estrutura.

Há uma oficina de costura bem equipada, com nove máquinas. Há uma empresa terceirizada que paga os internos por peça de produção.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA



Os internos informaram que, quando chove, a água suja entra na Unidade. Devido a isso, os internos apresentam quadro de saúde comprometedor (coceiras, ferimentos...).

O conselheiro do Conselho da Comunidade informou que há dez anos Jataí não recebe verba do Estado.

UNIDADES PRISIONAIS DE GOIÂNIA E APARECIDA DE GOIÂNIA

No dia 06/03 às 09h00, a Equipe foi recepcionada pelo Sr. Leandro Exequiel, Gerente Regional Metropolitano e diretor interino do CPP, e pelo Sr. João Dias, diretor de Sistema de Execução Penal da AGSEP, que acompanhou a inspeção nesta região em todo o período. O Ten. CBM-GO Gustavo acompanhou a visita de inspeção somente no turno matutino.

O Sr. Leandro Exequiel informou que há estrangeiros no complexo penitenciário, que o juiz e o promotor de justiça comparecem mensalmente, que há assistência jurídica, e que há internos que trabalham no pólo industrial de Aparecida de Goiânia. Comunicou ainda a previsão de trinta dias para terminar a reforma na Penitenciária Odenir Guimarães (POG).

O Sr. Edemundo Dias, presidente da AGSEP, relatou que o gargalo do sistema é a falta de vagas. Há previsão de Decreto criando ações intersecretariais do Estado, visando à agilidade na construção de novas Unidades. A previsão é de duas mil vagas em dois anos.

Informou ainda que o prédio do POG é da década de 60. Relatou ainda que agentes prisionais recebem o terceiro maior salário do país e que há previsão de concurso para seiscentas e três vagas para agentes. Comunicou que há deficiência no contingente, mas não na qualidade. Frisou a previsão de criação de Grupos Táticos em todas



as regionais. Naquele mesmo dia, estavam sendo entregues quinze mil kits de equipamentos para os servidores e agentes.

Relatou também o Projeto Fazenda Esperança, em parceria com a Embrapa, bem como o Projeto “Todas as Letras”, em parceria com a CUT e Petrobras.

Informou ainda da implantação da meritocracia por parte do Governo do Estado, gratificando cargos de supervisão, coordenação e direção. Frisou ainda a existência de convênio com a Maçonaria para qualificação dos internos com cursos de marceneiro, eletricista e serralheiro.

O Sr. Alexandre Prudente Marques, representante dos Direitos Humanos da OAB-GO, acompanhou a inspeção somente na Unidade Feminina e no POG.

NÚCLEO DE CUSTÓDIA / APARECIDA DE GOIÂNIA-GO

No dia 06/03 às 10h00, a Equipe foi recepcionada pelo diretor da Unidade, Sr. Eduardo Nascimento de Moura.

O Núcleo de Custódia destina-se aos presos por razão de segurança (seguro para os que perderam a convivência e casos disciplinares). A Unidade abriga ainda noventa e um presos do POG, devido à reforma na Ala B daquele estabelecimento.

A construção destinava-se a abrigar os submetidos à medida de segurança de internação, mas a arquitetura não foi considerada adequada.

A estrutura é razoável, mas já apresenta sinais de falta de manutenção e deterioração.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA



Nesta Unidade, fica o alojamento do Grupo de Operações Penitenciárias – GOPE, que no momento há dezenove agentes para servir todo o Estado.

Na biblioteca da Unidade, há um interno estrangeiro – português.

Na galeria do “castigo”, permanecem os presos de todo o Estado nessa condição. Na primeira Ala visitada, ficam os presos considerados mais perigosos, sendo um ou dois por cela, mas apenas uma cama. Cada cela possui um solário.

Há trinta internos trabalhando em costura de bolas nas celas.

A visita íntima é nas celas.

Há celas coletivas. A iluminação é precária nessas celas. Nessas celas, não há camas. Na segunda cela coletiva visitada, a lâmpada se encontrava queimada.

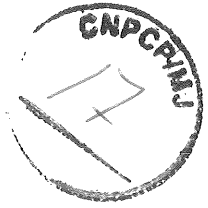
O Estado concede colchão, mas os demais materiais são fornecidos pelas famílias.

Na segunda galeria visitada encontram-se os internos transferidos da Ala B do POG e, portanto, presos condenados. Segundo um interno, a transferência deveria se dar pelo prazo de seis meses, mas estão há dois anos naquela situação. O interno pleiteia trabalho.

Depois da reforma do POG, a direção pretende reduzir o número para cinquenta e cinco internos na Unidade.

O atendimento médico é semanal. Há escolta para a ida ao posto de saúde.

A cozinha para os agentes será transferida para outro lugar dentro da Unidade, por solicitação do promotor de justiça.



INDÚSTRIA

Vale registrar que o trabalho desempenhado pelos detentos, homens e mulheres dos estabelecimentos visitados, é realizado em oficina no mesmo complexo, mas em prédio distinto. A Equipe fora recepcionada pelo diretor dos galpões da Indústria Sr. Aronilton Alves.

Há setenta internos na Ala de tear.

Em 2009, quando da última visita do CNPCP, havia apenas um galpão. Hoje, são quatro.

Há cento e oitenta internos em trabalho, mas previsão para trezentos ainda em 2012.

Na Ala de confecção de uniformes (empresa Telemont "oi"), há cinquenta e oito pessoas. Os internos recebem um salário mínimo. Há desde o corte até a inserção de logomarca no uniforme.

Na Ala de Serralheria, há o conserto de carteiras da Secretaria de Educação do Estado e cadeiras de rodas dos hospitais da cidade. Nesta Ala, há a transformação de bicicletas (apreendidas) em cadeiras de rodas, doadas em seguida para entidades filantrópicas.

Na Ala de confecção de vestidos, a empresa demandante é particular.

Na Ala de reforma de orelhões (empresa Telemont), há setenta e oito internos.

Na Ala de pré-moldados (empresa Telemont), há a inserção do dizer "cabo óptico enterrado".



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA



Na Ala de redes de futebol, há o projeto Pintando a Liberdade, do Ministério dos Esportes, destinando o produto desse projeto para escolas de todo o país.

Na Ala de confecção de bolas, o depósito do material utilizado é refrigerado com ar condicionado.

Os internos encaminhados para a Indústria são indicados pela direção da respectiva Unidade e, em seguida, acompanhados por equipe técnica.

Percebemos a necessidade de agilização por parte do Estado para a compra de material para a Indústria.

Na Ala de confecção de material escolar e de escritório (pasta, cadernos etc.), há quarenta pessoas e previsão para cinquenta e duas. O produto dessa Ala é destinada para empresas particulares, principalmente clínicas odontológicas.

A direção da Indústria informou que há treinamento do SENAI em todas as oficinas.

Percebemos que o trabalho e a diversificação das opções continua sendo o ponto forte do sistema prisional da capital goiana.

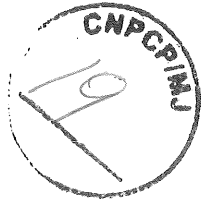
PENITENCIÁRIA FEMININA CONSUELO NASSER / APARECIDA DE GOIANIA-GO

No dia 06/03 às 10h50, a Equipe fora recepcionada pela diretora da Unidade, Sra. Érika de Lima Gonçalves.

A Unidade, com capacidade para cinquenta e uma presas, abrigava quarenta e nove internas. O ambiente é asseado, no entanto, por falta de espaço, foi necessário o uso de divisórias de madeira, a fim de delimitar as áreas das celas.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA



Cada interna tem um colchão.

Há duas presas provisórias e o restante condenadas.

Não há berçário, nem creche. Há um bebê na Unidade. Não há pediatra, mas, segundo a direção, o serviço já foi solicitado.

As crianças permanecem na Unidade por até dois anos, conforme Resolução do CNPCP.

Há uma cantina na Unidade. O rendimento é da reeducanda que montou a própria cantina, pois, segundo informa a direção da unidade, a mesma apresenta bom comportamento e condições financeiras favoráveis.

Há produção de queijo e requeijão produzidos a partir do leite da vaca do curral da Colônia Agrícola. O dinheiro é revertido para a Unidade (manutenção).

Os maiores problemas encontrados são: o espaço diminuto e a ausência de assistência jurídica.

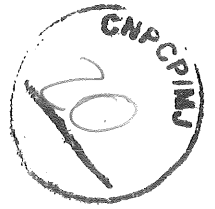
PENITENCIÁRIA CORONEL ODENIR GUIMARÃES / APARECIDA DE GOIANIA-GO

No dia 06/03 às 11h30, a Equipe foi recepcionada pelo diretor da Unidade, Sr. Marcos Vinícios Alves.

A Unidade, com capacidade para 720 (setecentos e vinte) presos, contava com 1572 (mil, quinhentos e setenta e dois) internos. É alarmante a superlotação. Na última inspeção do CNPCP, em 2009, a penitenciária possuía capacidade para 720 presos e a população atual girava em torno de 1365 presos. O quadro de superlotação,



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA



como se vê, foi ainda mais agravado, de maneira absolutamente lamentável.

A construção do estabelecimento data da década de 60 (em perspectiva vertical) apresentando um pavimento térreo e dois andares superiores.

Percebemos que as celas são pequenas, o ambiente é escuro e insalubre. Os banheiros são antigos, os fios elétricos são expostos e a rede hidráulica deteriorada. O ambiente é muito úmido.

Observamos uma extensa área aberta, com algumas árvores, e em um dos lados do prédio, uma espécie de galpão coberto, onde os presos passam o dia, ao ar livre, reduzindo o desconforto interno.

Ainda na área externa, há várias construções improvisadas pelos detentos. Na verdade, são mini-favelas.

O chão da Unidade apresentava-se lavado, no momento da inspeção.

Na reforma da Ala B, falta pintura, iluminação, piso e torneiras. Somente as celas foram pintadas. De acordo com a direção, a empresa ganhadora da licitação faliu e, portanto, a obra foi prosseguida pela AGSEP. Não é crível que a ala B tenha sido reformada, pois apresenta péssimo estado de conservação.

A cantina da Unidade foi licitada.

No alojamento dos agentes há dez beliches, mas falta uma melhor estrutura para os mesmos.

A distribuição dos presos nas celas é realizada pelos próprios internos, conforme a convivência. Há celas, com a mesma dimensão, que possuem de um a dez internos.



Os internos permanecem no pátio das 7h00 às 17h30.

Na Ala de segurança por falta de convivência, havia dezenove internos. A área de banho de sol é precária, com restos de alimentos, muito lixo e falta de saneamento. **Larvas proliferam indiscriminadamente e o cheiro de podre toma conta de todo o ambiente. A área deve ser urgentemente interditada, por motivo de insalubridade.**

Os internos reclamam ainda da falta de assistência social e demora nos processos. Informaram ainda de que não há visitas. O diretor da Unidade informou de que periodicamente o ambiente é limpo e que os próprios internos entopem o sistema hidráulico e que, sobre a interdição do local, aquela é a única Ala disponível para o "Seguro".

Na Ala de medida de segurança, por motivos de saúde, permanecem os internos que necessitam de atendimento psicológico.

No módulo de respeito, há cento e dezoito internos. Nesta galeria, há um aparelho amplificador de sinal de TV. O ambiente apresentava muitas moscas e restos de alimentos.

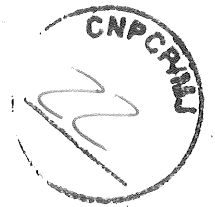
São dois internos por alojamento, a maioria trabalha na Indústria ou em outra Unidade. O interno Jeová Pedro da Silva solicita transferência para Valparaíso ou Brasília, pois a família está nessas cidades. O interno Salvador Néri de Siqueira solicita transferência para Planaltina.

O interno Abes Costa Filho informou que está com "cadeia vencida" desde 2010, solicita ainda atendimento médico devido tiro de 12 na perna. Há diversos presos com "cadeia vencida".

Os internos reclamaram também da falta de atendimento à saúde e de medicamentos. Há elogios para a direção da Unidade. O interno Roberto Alves de Sousa necessita de tratamento ambulatorial



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA



e seu processo está na 4^o vara criminal de Goiânia (remeter Ofício para a Vara).

O interno Francinaldo da Silva Batista tem condenação de trinta anos e está há onze anos sem remissão ou progressão de regime.

Concluimos que os problemas detectados na última visita permanecem: superpopulação, deterioração do estabelecimento e deficiência na assistência jurídica.

CASA DE PRISÃO PROVISÓRIA / APARECIDA DE GOIANIA-GO

No dia 06/03 às 13h55, a Equipe fora recepcionada pelo diretor interino da Unidade, Sr. Leandro Exequiel. No momento da inspeção, encontrava-se a Sra. Ema Pietra, presidente do Conselho da Comunidade e membro da Pastoral Carcerária.

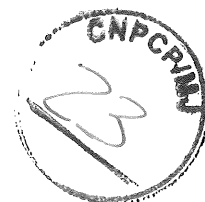
Na triagem, utiliza-se fotos e sistema biométrico. Há duas celas separadas, para homens e mulheres. Há um papiloscopista (servidor da política técnico-científica) que comparece às segundas, quartas e sextas auxiliando nos trabalhos de identificação.

Há cinco blocos na Unidade, um para feminino e quatro para masculino.

No bloco feminino, com capacidade para cento e cinquenta presas, havia cento e onze internas. A visita é aos domingos, das 8h às 17h. Neste bloco, há duas celas coletivas, um refeitório e uma cantina. A Ala das grávidas é separada e havia duas internas. Há um recém-nascido. Na terceira galeria (das grávidas), fica também a cela do "castigo". As internas reivindicam que os pertences que ficaram no Módulo de Respeito sejam devolvidos para elas. A interna Milza Maria Vieira dos Santos solicita o medicamento para coração amildarona e



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA



também que sua aposentadoria seja entregue pelo banco para a filha, que tem filhos.

No bloco masculino 1, na Ala A, há um cantina. Há celas para visita íntima. Segundo os internos, a direção libera apenas quatro horas de acesso à água. Comunicaram ainda que o banho de sol se inicia às 12h, impedido a secagem de roupa; que a revista nas visitas é por agachamento.

Em uma cela visitada, com oito camas, havia doze presos. Há estoque de água devido ao racionamento. A ventilação na cela é pelas frestas. No bloco, há cela de isolamento.

Há de dois a três internos por cela no isolamento. As celas tem uma cama.

O interno Antonio Laurindo Ferreira solicita transferência para Brasília. O interno Rosivaldo Oliveira Silva solicita transferência para Mato Grosso.

Havia cela sem colchão. A direção informou que o colchão é doado pela assistência social.

No Módulo de Respeito, há telefone orelhão instalado no bloco para uso dos internos. O ambiente foi pintado recentemente. Há uma mesa de tênis de mesa no pátio para uso dos internos. Alguns internos desse módulo tem dois colchões, fornecidos pelo Estado.

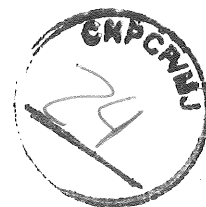
Há cantina, que fora licitada. A empresa ganhadora fornece o material e os próprios internos gerenciam.

Reclamação dos internos: demora nos processos, falta de medicamentos, demora no cadastramento das visitas (reduzindo a permanência dos familiares junto ao interno), racionamento de acesso à água. Há internos em regime semiaberto, mas que continuam presos.

Observamos que as celas estão cheias e o prédio já apresenta sinais de deterioração, não se percebendo manutenção no mesmo.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA



COLONIA AGROINDUSTRIAL PRESÍDIO DO REGIME SEMIABERTO / APARECIDA DE GOIANIA-GO

No dia 06/03 às 15h00, a Equipe foi recepcionada pelo diretor da Unidade, Sr. Rodrigo Arantes de Oliveira.

A Unidade, com capacidade para trezentos e sessenta e três presos, abrigava trezentos e dezoito internos. A superlotação verificada na última inspeção do CNPCP de 2009 já não persiste mais. Indagado sobre as razões da diminuição da superlotação, esclareceu o diretor ter sido fundamental a atuação do juiz da execução, Dr. Alexandre Bizotto, no sentido da efetivação dos direitos dos presos e da aplicação de prisão domiciliar.

Na Ala A permanecem os presos “bloqueados”, impossibilitados de sair seja devido à recusa de serviço, seja porque não conseguiram apresentar carta para trabalho.

Os internos reclamaram do esgoto exposto no pátio.

Há incidente do interno Aldson Feitosa da Silva, que não havia retornado para a Unidade, pois encontrava-se internado por motivo de saúde. Há fossas expostas.

A Ala B, permanecem os internos que fazem trabalhos na Unidade e serviços externos. Havia restos de alimentos no corredor da Ala B e uma cela vazia.

Havia muitas moscas na Unidade. A direção da Unidade elogia o juiz e o Conselho da Comunidade locais, que auxiliam bastante na manutenção do estabelecimento.

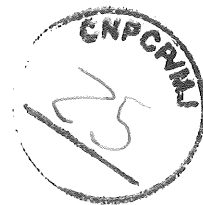
Na Ala da Enfermaria, havia um interno na cela, aguardando ir para a cela na Ala B.

A cozinha da Unidade foi reformada. Apresenta excelente aspecto de limpeza e higiene, equipada inclusive com ar condicionado.

CASA DO ALBERGADO MINISTRO GUIMARÃES NATAL / GOIANIA-GO



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA



No dia 06/03 às 16h00, a Equipe fora recepcionada pelo diretor da Unidade, Sr. Rodrigo Almeida S. T. Faleiros.

Na Unidade há cento e cinquenta internos e vinte e oito internas. Todos trabalham.

No alojamento masculino, os presos por estupro ficam separados dos demais. Há alojamento para religiosos. Há também alojamento para “bloqueados”, aguardando serem alocados. Não há internos que dormem no chão.

Não há superlotação.

A evasão é de, em média, dois internos por semana. Na saída de Natal e Ano Novo todos retornaram.

A Unidade recebe presos com mandado de prisão, mantendo-os “bloqueados” (sem saída) para não os enviarem para o regime fechado.

O teto de algumas celas apresenta infiltração e mofo.

Há projeto de parceria com o time do Atlético Mineiro para escolinha de futebol para os filhos dos internos e para aqueles que têm limitação de final de semana. Há também parceria junto à maçonaria para ministrar palestras.

As camas do sistema prisional de todas as Unidades visitadas são de ferro, fabricadas na Indústria em Aparecida de Goiânia.

CONCLUSÃO

Observamos que o Estado continua sem grandes evoluções na área de manutenção dos estabelecimentos do sistema prisional, quanto à sua estrutura física.

A manutenção de uma Agência Goiana do Sistema de Execução Penal-AGSEP, sem a sua transformação em Secretaria de Administração Penitenciária, pode ser considerada um retrocesso político-administrativo.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA



Observa-se, dos relatórios apresentados, que a Agência Goiana do Sistema de Execução Penal-AGSEP- tem procurado cumprir, dentro do possível, a Lei de Execução Penal no que diz respeito a uma política de trabalho prisional, visando à reinserção social do preso.

Ressalte-se, também, o envolvimento dos Diretores no trabalho desempenhado, desenvolvendo suas atividades com dedicação e profissionalismo.

A assistência jurídica, apesar da crescente população carcerária e do número de presos provisórios, nos parece um dos pontos críticos do sistema, o que contribui para a superlotação. Nesse contexto, a efetiva estruturação da Defensoria Pública é medida essencial e urgente.

O Centro de Inserção Social de Jataí merece pronta atenção das autoridades públicas. É inadmissível o quadro de superlotação ali verificado. A estrutura física é igualmente deficiente. Como proposição, sugerimos a representação ao Juiz da Execução, para a interdição progressiva do estabelecimento, consistente na limitação à entrada de novos presos e no esvaziamento gradual da unidade, até que se alcance um patamar digno, fixado pelo próprio juízo. Recomenda-se ainda a expedição de ofício à Corregedoria Geral de Justiça do Tribunal de Justiça de Goiás, ao Conselho Nacional de Justiça e ao Conselho Nacional do Ministério Público, dando-lhes ciência da grave superlotação da unidade e da postura do magistrado e dos representantes do Ministério Público locais, no sentido do descumprimento peremptório da substituição prevista em lei.

Dos estabelecimentos visitados no complexo de Aparecida de Goiânia, no que diz respeito à estrutura física, repetimos a conclusão dos relatórios das inspeções anteriores.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA



O prédio da Penitenciária Coronel Odenir Guimarães é bastante insalubre. Aliado à superpopulação, não tem condições de abrigar a quantidade de presos que ali se encontram. O problema tende a se agravar se não forem tomadas providências urgentes para diminuir a população carcerária e providenciar reparos na edificação.

Recomendamos seja realizado o reparo do espaço de banho de sol da ala de segurança (por falta de convivência) da Penitenciária Odenir Guimarães no prazo de 10 dias, sob pena de representação ao Juiz da Execução, à Corregedoria Geral de Justiça do Tribunal de Justiça de Goiás e ao Conselho Nacional de Justiça, pugnando pela interdição, em virtude da grave insalubridade, falta de saneamento, proliferação de larvas e podridão do ambiente.

No que tange à reforma da ala B da Penitenciária Odenir Guimarães, considerando que, pelo menos à primeira vista, a mesma parece não ter sido realizada de maneira adequada (diante da falta pintura, iluminação, piso, torneiras etc.), sugerimos a comunicação do fato ao DEPEN, para apuração in loco, tendo em vista o envolvimento de verbas oriundas deste Departamento.

O Centro de Prisão Provisória dá sinais claros de deterioração em sua estrutura física, precisando de reparos nas instalações.

Concluimos também que o número de presos provisórios é elevado, merecendo atenção do sistema de justiça – Poder Judiciário, Ministério Público e Advogados, devendo priorizar a celeridade na conclusão dos processos de réus presos e procurar sempre aplicar penas alternativas às penas privativas de liberdade, evitando-se prisões em casos que comportem cumprimento de penas restritivas de direitos.

Constatamos, pelo excessivo percentual de presos provisórios que o Estado perpetua a cultura do aprisionamento, produzindo custos financeiros e humanos irreparáveis. Sugere-se a expedição de ofício à Corregedoria-Geral de Justiça, alertando para a necessidade de



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA



adoção de medidas urgentes para o equacionamento do número de presos provisórios e condenados.

Visando assegurar a dignidade humana dos presos e o cumprimento do disposto na Constituição da República e na Lei de Execução Penal, é imprescindível a adoção de medidas emergenciais objetivando rever a política judiciária de encarceramento, despertando para outras vias, sob pena do atual quadro continuar crescendo vertiginosamente com o passar do tempo.

Sugere-se, ainda, a expedição de ofício ao Tribunal de Justiça do Estado, Ministério Público, Ordem dos Advogados do Brasil e Secretaria de Justiça, conclamando-os a, juntos, desenvolverem um sistema de aplicação de alternativas penais que seja robusto e confiável, que possa dar vazão a boa parte dos custodiados que fazem jus à liberdade no curso do processo, ou ainda, à substituição de pena ou *sursis*.

É o relatório que submeto à apreciação dos ilustres pares.

Brasília, 13 de março de 2012.

RODRIGO DUQUE ESTRADA ROIG SOARES

Conselheiro